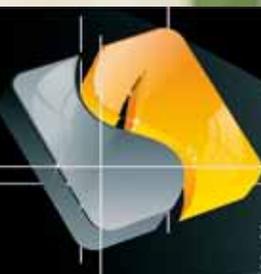




Rotas & Destinos

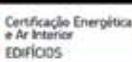
Vinhais: Passeios de charrete pela natureza

Turismo: A cereja no topo do bolo



FSARQUITECTOS

:: ARQUITECTURA :: CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA
:: ENGENHARIA :: MOBILIÁRIO POR MEDIDA



WWW.FSARQUITECTOS.PT
ARQ. MÁRIO FONSECA
ARQ. ANTÓNIO SEGA
ENG. VIRIATO GALEGO
IPEMTO QUALIFICADO



r u t e
c o u t o

Jurista e docente
do IPB

Alguns consumidores são apanhados desprevenidos em casa, no local de trabalho ou em excursões organizadas e aliciados a celebrar um contrato, do qual muitas vezes se arrependem. Como proceder?

Vendas "porta-a-porta". São contratos ao domicílio os celebrados durante uma visita do comerciante a casa do consumidor, quando a visita não se efectua a pedido expresso do consumidor.

Situações equiparadas. A lei trata da mesma forma quatro outras situações: os contratos celebrados no *local de trabalho* do consumidor (muito frequentes nas vendas por catálogo de cosméticos ou bijuteria), em *reuniões* na casa de outros consumidores (como as reuniões de de-

Contratos fora do estabelecimento comercial (II):

As vendas ao domicílio

monstração de "tupperware"), durante uma *excursão* organizada pelo comerciante, ou em *outro local* onde o consumidor se desloque na sequência de uma comunicação comercial feita pelo fornecedor (por exemplo, a um hotel para receber um brinde).

Contrato ou simples nota de encomenda? A forma e conteúdo do contrato dependem do seu valor. Para contratos de valor igual ou superior a 60 euros, é necessário assinar um documento com algumas menções obrigatórias (ou o contrato será nulo): identificação dos contratantes, características essenciais do bem ou serviço, preço e forma de pagamento, condições de entrega do bem ou prestação do serviço, regime de garantia e assistência pós-venda e informação sobre o direito que assiste ao consumidor de resolver o contrato. Para contratos de valor inferior é suficiente uma nota de encomenda ou documento equivalente, devidamente assinada pelo consumidor.

Catálogos e colaboradores. Quando as vendas ao domicílio sejam acompanhadas de catálogos, revistas ou qualquer outro suporte publicitário, estes devem conter os elementos essenciais do contrato (acima mencionados). E as empresas com serviços de distribuição comercial ao domicílio devem providenciar os documentos adequados à identificação dos seus cola-



boradores, os quais devem ser sempre apresentados ao consumidor.

Prazo de reflexão. Nos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, o consumidor dispõe de 14 dias para se desvincular (é o que se chama "direito de resolução"), enviando uma carta registada com aviso de recepção nesse sentido. O consumidor deve ser informado dessa possibilidade quando celebra o contrato, e o fornecedor não pode colocar quaisquer entraves ao exercício deste direito. Se optar pela resolução, o consumidor deve (no prazo máximo de trinta dias) devolver o bem e ser restituído dos montantes pagos. Se o consumidor não for reembolsado neste período, tem direito a receber o dobro do que pagou. E se havia empréstimo para o pagamento em prestações, também este contrato é "anulado".

Contra-ordenações. O profissional que desprezete estas regras ou que exija ao consumidor qualquer pagamento antes da recepção dos bens ou da prestação do serviço pode ser condenado a pagar uma coima. O consumidor lesado deve denunciar a situação à ASAE.

Nota: Contactar o consumidor através de visitas ao seu domicílio (ignorando o pedido daquele para que o profissional parta ou não volte), é considerada uma prática comercial agressiva, proibida por lei.

Legislação:

Decreto-Lei 143/2001, de 26 de Abril (*Protecção dos consumidores nos contratos celebrados fora dos estabelecimentos comerciais*) com sucessivas alterações.

Para perguntas e sugestões:
comtoddodireito@jpb.pt

cha técnica ficha técnica ficha técnica ficha técnica

Nesta edição



Economia

8 | Empresas de construção asfixiadas

9 | Autarquias sem dinheiro para pagamentos



10 | Investimentos nascem em Alfândega com a chegada do IC5

12 | Empresa de Bragança entre os maiores exportadores



Rotas & Destinos

14 | Turismo e desenvolvimento rural de mãos dadas

Ensino Superior

18 | IPB ganha escala internacional

Entrevista

6 | Empresas da região longe da bolsa



e ainda:

Opinião

4 | Sangue azul e puro
(com alguns pingos de vermelho... e preto)
José Mário Leite

5 | Estratégia Convencional
António Verdelho

“Com todo o direito”

2 | Contratos fora do estabelecimento comercial (II):
As vendas ao domicílio
Rute Couto

É tempo de agir

Tardaram mas chegaram. Depois de anos e anos de espera, chegaram as acessibilidades ansiadas pelas populações do sul do distrito de Bragança. Agora é tempo de agir. As estradas estão aí e os autarcas têm expectativas de que tragam investimento privado, contrariando a crise vivida no País.

Mas os municípios reconhecem que também têm que ter um papel activo na criação de condições que potenciem investimento, mas a falta de recursos financeiros, agravada pelos cortes nas transferências do Governo para as autarquias, está a dificultar esta missão a algumas Câmaras do distrito de Bragança.

As contrariedades são muitas, mas cabe aos municípios continuar a lutar para contrariar a tendência da desertificação e impulsionar o desenvolvimento local. E nesse campo há bons exemplos e são esses casos de sucesso que lhe damos a conhecer nesta edição. A Festa da Cereja de Alfândega da Fé vira-se para o turismo, adapta-se à modernidade, e atrai visitantes no sul do distrito.

Na Terra Fria, o Parque Biológico de Vinhais amplia a oferta e cria condições de lazer para as pessoas que visitam o concelho e a região. Aulas de equitação, passeios a cavalo ou de charrete pela natureza que envolve o concelho são, apenas, alguns exemplos de actividades muito apreciadas por quem procura o sossego transmontano para uns dias de descanso.

As sementes estão lançadas. Agora é preciso colocar o destino Nordeste Transmontano nas rotas turísticas nacionais e internacionais, para que o número de visitantes aumente e as receitas do turismo

aumentem. Cabe aos representantes do Turismo Porto e Norte olharem mais para o interior Norte, para que este sector possa ser rentável para jovens empresários que se queiram fixar na região.

Resta, ainda, esperar que o Governo olhe com outros olhos para o interior do País, deixando cair a máscara do memorando com a Troika, que servem hoje para justificar o encerramento compulsivo de serviços no Interior do País. E como diziam os transmontanos de antigamente: “É preciso continuar a ter fé!”



teresa
batista



4 **AVOZ**
DOS SUBSISTENTES

José Mário Leite

Director-adjunto do Instituto Gulbenkian de Ciência

Palavras Soltas

Sangue azul e puro (com alguns pingos de vermelho... e preto)

Literalmente, não se misturava. Melhor, em termos sociais misturava-se pouco – é quase impossível viver isolado – mas em termos familiares era garantido: Não havia misturas. O senhor Pereira era de sangue azul, puro e certificado.

— Descendente direto de Nuno Álvares Pereira – garantia!

— Sem misturas?

— Absolutamente nenhuma! Todos os casamentos da minha família, se fizeram sempre entre pessoas da mais alta nobreza portuguesa!

— Sem misturas? – insisti.

— Garantidamente – replicou, do alto da sua arrogância "superior".

— E sem incestos? – arrisquei! O homem nem me respondeu. Foi pena porque não me permitiu evidenciar-lhe uma verdade que, por mais certificados e atestados reais ou inventados que tenha, não pode, por força da verdade, ser escamoteada.

O homem, para além do tal "sangue" azul que reclama como o maior património que alguém possa possuir, é um ser humano idêntico a todos os outros no que concerne às terrenas e normais regras da vida. Tem perto de 60 anos. Nasceu, mais ano, menos ano, em 1950. O seu sangue é a mistura, em partes iguais do sangue do pai e da mãe, claro, azulíssimo, cada um deles. Terão eles nascido 25 anos antes, mais coisa menos coisa o que quer dizer que, pelas mesmas regras também eles o receberam, em partes iguais, sangue azul, dos seus progenitores. Ou seja o sangue que hoje percorre as veias do Senhor Pereira corria, em partes iguais, em 1925 em quatro indivíduos diferentes. Pela mesma lógica, em 1900 eram oito as fontes certificadas do fluido vital (e azul, apesar da sua cor avermelhada).

Pela mesma lógica, em 1800 as fontes de glóbulos "azuis" que contribuiriam em 1950 para o resultado conhecido são já 128. As contribuições, reportadas a 1600 ascendem a 32.768. E continuando com a contabilização demolidora, facilmente chegamos à conclusão que em 1350 (data pró-

xima do nascimento de Nuno Álvares Pereira) teria de haver 33.554.432 pessoas a contribuir em partes iguais para a formação, em 1950 de um puro sangue azul como se reclama o meu interlocutor. Nem vale a pena especular que o Condestável não nasceu de geração espontânea e que também ele teve, segundo a mesma lógica, contributos de sangues puros e misturados de suevos, iberos, romanos, bárbaros e árabes. Não vale a pena. Em 1950 não havia 33 milhões de almas em Portugal. Quer dizer que qualquer sangue de agora resultou da mistura de TODOS os portugueses dessa época, em partes desiguais, é certo, mas também inexorável. Todos nós trazemos nas veias "sangue velho de avós" que foram a seu tempo reis e príncipes, mas também ladrões, assassinos, prostitutas, salteadores e malfeitores. Sangue de aventureiros, descobridores, marinheiros, burlões, proxenetas, cientistas, artistas, fidalgos, servos, escravos, guerreiros, agricultores, escultores, professores, governantes e governados. De TODOS! E em mais do que uma parte! Queira ou não queira o senhor Pereira!

E ainda bem! De outra forma apenas se poderia assegurar a "pureza" racial recorrendo a incestos vários, repetidos e frequentes. O que seria terrível. A história demonstrou-o e nem me refiro sequer ao aspecto moral.



Estratégia Convencional



**antónio
verdelho**

docente do IPB

Para a satisfação das despesas públicas, os Estados precisam de um determinado volume de receita, que quando não é atingida gera défice e aumenta a dívida. A existência de défice está associada à evasão e fraude fiscais (economia paralela), sendo que estudos publicados recentemente indicam para Portugal valores próximos de 25 por cento (com tendência para subir face à crise e ao aumento da carga fiscal), significando este valor, em última análise, que, apenas, 75 por cento dos contribuintes cumprem as suas obrigações fiscais. A primeira questão que importa colocar é que percentagem deve atingir essa taxa de cumprimento para a economia gerar as receitas suficientes à satisfação das despesas públicas.

Atento a esse ponto, torna-se imperioso saber se a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) deve manter a estratégia convencional ou mudar a agulha, colocando o ênfase da sua actividade numa nova estratégia mais focalizada na redução do “diferencial fiscal” – diferença entre a cobrança de receitas correntes e as receitas que poderiam ser recolhidas, se todos (ou quase todos) os contribuintes cumprissem as suas obrigações fiscais. O aumento de receita conseguido poderia ser aplicado na redução do défice, evitando sobrecarregar os contribuintes que já pagam com agravamentos sucessivos geradores no cadastro de um efeito contrário ao pretendido – em vez de atrair os refractários favorecer a saída dos que estão dentro do sistema e com isso incrementar ainda mais a evasão fiscal.

De acordo com a estratégia actual, a AT selecciona, com

base em critérios de risco previamente definidos, as áreas de actividade e os contribuintes objecto das acções de inspecção aos quais, mediante a detecção de erros, omissões, ou indícios, são efectuadas correcções às matérias colectáveis. Findo um procedimento, o técnico passa ao seguinte e assim por diante. Esta forma de actuar apresenta vários inconvenientes. Primeiro, privilegia os contribuintes cadastrados e permite aos que estão fora do sistema uma impunidade quase total. Depois centra-se na detecção do erro contabilístico em detrimento de outras variáveis, e, por fim, o seu sucesso é focalizado em demasia no volume de correcções a efectuar, considerando-se mais produtivos os serviços que atingem níveis mais altos de correcções.

Para não fugir à regra, em cumprimento do acordo com a “troika”, o Governo preparou um novo plano estratégico de combate à fraude e evasão, para o período 2012/ 2014.

Chegados aqui, impõe-se uma nova questão – esta forma de actuar contribui para a resolução do problema de fundo, ou seja, fomenta o cumprimento voluntário e verdadeiro das obrigações fiscais? Mais, os contribuintes faltosos após serem corrigidos alteram o seu comportamento e passam a cumpridores?

Não podemos ser ingénuos

e pensar que essa alteração de comportamento depende exclusivamente da vontade do próprio e não é condicionada pelo ambiente que o rodeia. Uma empresa inserida num clima caracterizado por forte evasão não pode ter a veleidade de querer cumprir, se os outros o não fizeram, pois não teria hipóteses face à concorrência desleal, restando-lhe, então, um de dois caminhos – fechar a porta ou fazer como os outros, tudo voltando ao mesmo até nova inspecção, sendo certo que como a AT não tem meios para chegar a todo o lado, esta tem sido uma guerra perdida, como tem vindo a ser demonstrado pelo aumento da economia paralela – 25 por cento em 2012 face a 19,7 por cento em 2010, em perfeito contra-ciclo com os programas de combate implementados ano após ano.

Entre as várias medidas conta-se o aumento dos recursos humanos da inspecção para que correspondam a cerca de 30 por cento do total de funcionários. Portugal, de acordo com os últimos dados disponíveis apresenta um inspector para 5.328 habitantes, enquanto os nossos parceiros europeus ostentam – Reino Unido 1 / 1.779, Noruega 1 / 1.528, Holanda 1 / 1.635, Itália 1 / 1.531, e Alemanha 1 / 1.098. Com o aumento de funcionários previsto no acordo da “troika”, o rácio vai melhorar, passando para 3.022 habitantes por inspector, um número que ainda é três vezes superior ao da Alemanha e duas vezes superior à média europeia, o que constitui uma desvantagem significativa agravada pela natureza dos contribuintes envolvidos – eticamente respeitadores os nórdicos e alemães – com fama de incumpridores militantes os portugueses.

(...) Apenas 75 por cento dos contribuintes cumprem as suas obrigações fiscais.

Por tudo isto, a questão que se põe, no actual momento, é saber se vale a pena insistir em novo plano de combate à evasão fiscal, ou se por outro lado, esta estratégia já deu o que tinha a dar e à semelhança do que se verifica noutros países, o que se impõe é uma mudança de paradigma na forma de actuar do fisco?

(Este artigo continua na próxima edição)

Empresas da região longe da

Voz do Nordeste (VN) – Quais os principais desafios da CMVM perante a instabilidade constante dos mercados?

Amadeu Ferreira (AF) – À CMVM cabe garantir que os mercados funcionam de forma justa, de forma transparente e que as regras sejam cumpridas. O mercado financeiro em geral, e o bolsista em particular, sendo um mercado regulado, reflecte de alguma forma o comportamento da econo-

mia e as incertezas que sobre esse comportamento existem quer a nível nacional quer a nível internacional. Nesta situação é importante restituir a confiança aos investidores, assegurando que as empresas emitentes cumprem, escrupulosamente, os seus deveres de prestação de informação e que todos os operadores respeitam as regras de negociação e os deveres previstos na lei. Preocupa-nos, sobretudo, a negociação feita nos mer-

cados não regulamentados, como os mercados de dívida sobre os quais existe pouca informação e os poderes de supervisão são limitados. Tal não impediu que a CMVM tenha adotado medidas e revisito, recentemente, procedimentos de supervisão dentro do quadro legislativo europeu ainda vigente, com o objetivo de assegurar a manutenção da integridade e da equidade no funcionamento destes mercados.

VN – A CMVM tem dificuldade em conseguir detectar irregularidades no mercado?

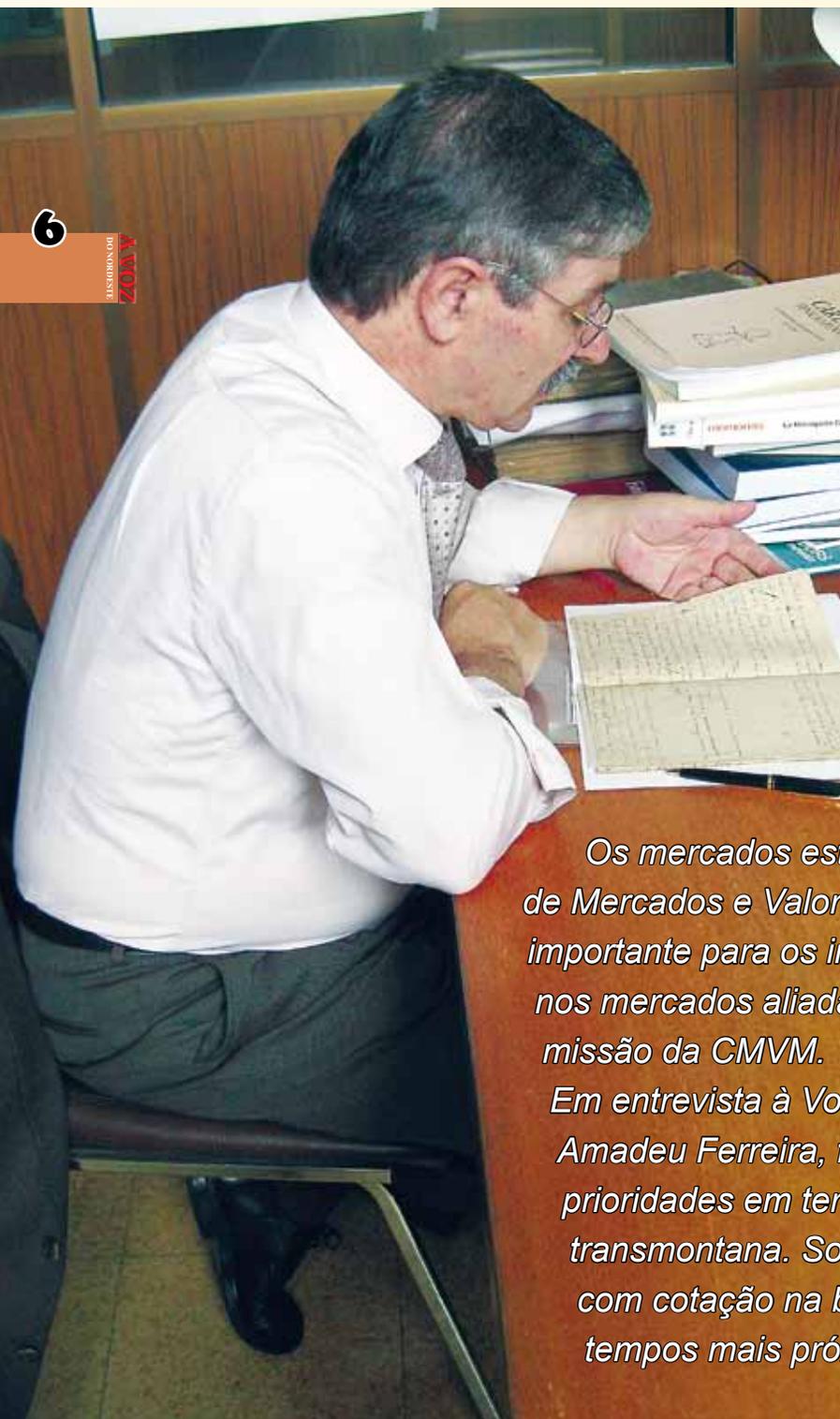
AF – Os poderes conferidos à CMVM permitem-lhe usufruir de meios de supervisão e de investigação suficientemente amplos e eficazes para a deteção de irregularidades ou de infrações à legislação em vigor. E tem demonstrado essa capacidade. Só em 2011 foram concluídas 44 análises de operações e foram abertos 50 novos processos de investigação, a maior parte deles resultantes desses alertas. A deteção de potenciais irregularidades ou a sua prevenção é, como sabe, um dos propósitos da existência da CMVM, assegurar um regular funcionamento do mercado, o que implica assegurar que todos os seus protagonistas cumprem as regras estabelecidas.

Em 2011 correram na CMVM 126 processos de contra-ordenação.

"Em 2011 correram na CMVM 126 processos de contra-ordenação".

VN – Que tipo de operações é que merecem mais atenção da parte da CMVM?

AF – Todas as operações sujeitas à nossa supervisão merecem a nossa atenção. Porém, para 2011 e 2012 traçámos como prioritário, nas nossas linhas de acção, publicadas no site da CMVM, o reforço da supervisão das redes de distribuição das entidades que comercializam produtos financeiros complexos, no sentido de verificar a adequação das equipas de vendedores à venda de tais produtos e assegurar a ausência de conflitos de interesses, bem como o reforço do escrutínio das políticas de melhor execução de ordens por parte dos Intermediários Financeiros. A supervisão da informação e publicidade dos produtos financeiros complexos envolveu, em 2011, a análise de 222 peças de publicidade relativas a produtos do sector segura-



Os mercados estão instáveis e a acção da Comissão de Mercados e Valores Mobiliários (CMVM) é cada vez mais importante para os investidores. Aliás, a protecção de quem opera nos mercados aliada à fiscalização das operações fazem parte da missão da CMVM.

Em entrevista à Voz do Nordeste, o vice-presidente da CMVM, Amadeu Ferreira, fala dos desafios actuais da Comissão, das suas prioridades em termos de acção e sobre a sua influência na região transmontana. Sobre a possibilidade de haver empresas da região com cotação na bolsa, diz que tal não deverá acontecer nos tempos mais próximos.



dor e bancário. Solicitamos às entidades comercializadoras 211 alterações dessas peças, o que corresponde a 95 por cento dos casos. Foi também considerada prioritária a supervisão das plataformas de negociação, que representam já uma percentagem significativa da negociação sobre instrumentos financeiros.

VN – Para além da fiscalização, a CMVM também protege os investidores. Que conselhos é que a Comissão dá aos investidores?

AF – A CMVM tem como missão a protecção do investidor, qualquer que seja a natureza do instrumento financeiro em causa.

Entre os factores que os investidores devem ponderar na sua decisão de investimento está a relação entre o risco e a rentabilidade esperada do instrumento financeiro e a

adequação do instrumento ao seu perfil. Para esta análise é fundamental que a informação na qual se baseia a tomada de decisão do investidor seja completa, verdadeira, actual, clara, objetiva e não omissa, em particular quando o ins-

"Preocupa-nos, sobretudo, a negociação feita nos mercados não regulamentados (...)"

trumento financeiro é complexo. Por isso, os investidores devem ler com redobrada atenção todos os documentos relativos à subscrição do produto que lhe é apresentado e não tomarem opções sem perceberem os riscos envol-

vidos, que podem ser muito elevados e pôr em causa todo o seu investimento.

Estamos empenhados em continuar a aperfeiçoar os procedimentos de tratamento das reclamações que os investidores nos apresentam, nomeadamente, encurtar os prazos de resposta dessas reclamações.

VN – Tendo em conta as dificuldades de financiamento junto da banca acredita que o financiamento através do mercado de capitais pode ser uma boa opção para as empresas?

AF – A dispersão de capital em bolsa é certamente uma boa opção para aqueles que possam fazê-lo diretamente, mas essas terão de ser empresas já com alguma dimensão e que sejam sólidas. Criam-se ideias feitas de que é muito difícil e muito caro poder ser-se cotado em bolsa, mas temos várias empresas que cresceram e se desenvolveram no mercado de capitais. A CMVM está empenhada em identificar e remover bloqueios que levam as empresas a não estarem presentes no mercado de capitais. Para tal, foi criado o Conselho Consultivo para as PME, que integra várias personalidades. O financiamento por acções e obrigações em 2011 foi idêntico ao de 2010, e correspondeu a, apenas, 0,3 por cento do total de financiamento das empresas portuguesas.

VN – Tem expectativas que alguma empresa da região de Trás-os-Montes e Alto Douro venha a ser cotada em bolsa?

AF – Do que co-

neço das empresas da região não me parece que tal possa acontecer nos tempos mais próximos. No entanto, há empresas de âmbito nacional que operam e têm muito peso em Trás-os-Montes e que estão cotadas, como é o caso da EDP, que tem alguns dos seus principais pólos de produção nesta região.



Amadeu José Ferreira é natural de Sendim, no concelho de Miranda do Douro. Mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é vice-presidente da CMVM e professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

É também presidente da Associação de Língua Mirandesa (ALM) e professor em cursos desta associação, desde 2000.

Assinou, ainda, várias obras em língua mirandesa, desde poesia, como *Cebadeiros* (Campo das Letras, 2000), *L Ancanto de las Arribas de l Douro* (INA-PDI, 2001), *Cula Tor-na Ampuosta Quienquiera Ara* (Tema, 2004), *Pul Alrobês de ls Calhos* (Fluviais, 2006), a contos, como *Las Cuontas de Tiu Jouquin* (Campo das Letras, 2001), e literatura infantil, como *L Filico i l Nobielho* (Chinchin, 2006) e *L Segredo de Peinha Campana* (Gailivro, 2008). E traduziu *Os Lusíadas* para mirandês, bem como outras obras de escritores latinos (Horácio, Virgílio e Catulo), *Os Quatro Evangelhos* e duas aventuras de *Astérix* (em colaboração), bem como *Astérix i Goulês* e *L Galaton*. É, igualmente, coordenador científico e tradutor da banda desenhada *Mirandês – História de uma Língua e de um Povo*. Francisco Niebro é um dos seus pseudónimos literários.

Empresas de construção asfixiadas

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas denuncia demora nos pagamentos da parte das autarquias

Há municípios do distrito de Bragança que demoram mais de um ano a pagar às empresas de construção. A denúncia é da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), que diz que esta situação está a asfixiar as empresas.

Os dados revelados pela AICCOPN dizem respeito à evolução do prazo médio de recebimento das empresas

por parte das autarquias até ao segundo semestre do ano passado. Até essa data, os municípios de Mirandela e Torre de Moncorvo eram os que demoravam mais de um ano a pagar aos construtores. O presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António Branco, justifica esta situação com os atrasos nas transferências dos fundos comunitários. “Em 2008 lancei uma

estrada municipal financiada por fundos comunitários. A estrada começou a ser construída entre 2009 e 2010, está concluída e não recebi 100 mil euros de uma estrada que custa 1,3 milhões de euros”, exemplifica o edil.

Segundo as contas do autarca, o município mirandelense aguarda a transferência de mais de 3 milhões de euros de fundos comunitários. “Isso provocou-nos uma instabilidade de tesouraria muito significativa”, acrescenta António Branco.

O presidente da Câmara de Mirandela diz que estes prazos alargados se referem a situações concretas. “Estamos a falar de fornecedores que ficaram pendurados por causa desses fundos comunitários”, justifica o autarca.

Já o presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, Aires Ferreira, rejeita o prazo avançado pela AICCOPN e sem especificar o prazo médio de pagamento às empresas de construção diz que não é superior a um ano.

Mesmo assim, o edil justifica a demora nos pagamentos com o atraso das transferências dos fundos comunitários. “O maior volume de obras é com comparticipação comunitária. O problema das obras que haja em atraso tem a ver com a recepção dos fundos comunitários, como é o caso do centro escolar, que já vai a execução a 50 por cento e ainda não recebemos qualquer comparticipação”, acrescenta o autarca.

Entre os municípios que demoram mais a pagar às empresas de construção estão Macedo de Cavaleiros (entre 9 meses a um ano no primeiro semestre do ano passado) e Miranda do Douro (entre 9 meses a um ano no segundo semestre de 2010).

Já a Câmaras que demoram menos a pagar são Bragança, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, com prazos inferiores a 3 meses.

Construção à beira do colapso

A Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) diz que a estratégia anunciada pelo Governo para a redução dos pagamentos por parte das entidades públicas acima dos 90 dias ignora as empresas do sector que representa.

A AICCOPN sublinha que a dívida do sector público se situa nos milhões e tem tendência para aumentar. “Está a colocar em causa a sobrevivência das empresas e de milhares de postos de trabalho”, salienta a associação, em comunicado.

Só as autarquias devem 930 milhões ao sector da construção e os prazos de pagamento rondam os oito meses, sendo o prazo mais elevado dos últimos três anos. “Em vez de contribuir para a resolução do problema, o Governo tem bloqueado todas as soluções”, lamenta a AICCOPN.

Esta situação tem contribuído para o encerramento diário de cerca de 12 empresas e consequente perda de 380 postos de trabalho.

As dívidas das entidades públicas ao sector da construção são um dos temas que vai estar em debate no I Encontro Nacional da Construção e do Imobiliário, agendado para o próximo dia 5 de Junho.



Autarquias sem dinheiro para pagamentos

Falta de liquidez leva municípios a aumentarem o tempo médio de pagamento

Seis municípios do distrito de Bragança aumentaram o tempo médio de pagamento no final do quarto trimestre do ano passado. Segundo dados da Direcção – Geral das Autarquias Locais (DGAL), baseados na informação divulgada pelos municípios, a saúde financeira das Câmaras do distrito de Bragança tem vindo a

diminuir desde o final de 2010. A autarquia de Mirandela foi aquela que registou um maior aumento do número de dias de pagamento, passando de 240, no final de Setembro do ano passado, para 532, no final do ano. Os fornecedores tinham que esperar 292 dias para receber do município mirandelense.

Para resolver esta situação, a Câmara Municipal de Mirandela já deu início ao processo de saneamento financeiro. O objectivo é regularizar compromissos de curto prazo, diminuindo assim os prazos de pagamento a fornecedores. Freixo de Espada à Cinta

também aumentou significativamente o prazo médio de pagamento. O município do Douro Superior demorava no final do ano passado 254 dias a pagar, mais 196 dias do que no terceiro trimestre do mesmo ano.

Entre os municípios que aumentaram o tempo médio de pagamento estão, ainda, Torre de Moncorvo, com mais 56 dias, Macedo de Cavaleiros, com um acréscimo de 47 dias, Alfândega da Fé, com mais 29 dias, e Bragança, que passou de 33 para 51 dias.

No lado oposto, e com a maior diminuição do prazo médio de pagamento está Miranda

do Douro, que passou de um prazo médio de pagamento de 327 para 37 dias.

Numa análise aos dados da DGAL, são os municípios mais pequenos que demoram menos tempo a pagar, à excepção da Câmara da capital de distrito.

Entre aqueles que diminuiram o número de dias de pagamento estão as autarquias de menor dimensão do distrito, nomeadamente Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Vinhais, Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso.

A Câmara de Vimioso é mesmo a que demora menos tempo a pagar, com um prazo médio de 10 dias.

Com um prazo médio de pagamento abaixo dos 30 dias, estão, apenas, os municípios de Mogadouro (21 dias) e Vimioso.



Investimentos nascem em Alfândega da Fé

Com a conclusão do IC5 e do IP2, a vila de Alfândega da Fé ganhou uma nova centralidade. As acessibilidades melhoram a qualidade de vida dos alfundeguenses, mas também contribuem para a fixação de empresas no concelho. Em entrevista à Voz do Nordeste, a presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Nunes, realça a importância das novas vias para atrair visitantes à Festa da Cereja, que decorre de 8 a 10 de Junho. A autarca espera, ainda, ter condições financeiras para realizar obras que contribuam para o surgimento de novos investimentos privados, que criem postos de trabalho, e contrariem a desertificação do concelho de Alfândega da Fé.



Voz do Nordeste (VN) – Espera que este ano as novas acessibilidades tragam mais gente à Festa da Cereja?

Berta Nunes (BN) – Para nós a abertura do IC5 e do IP2 é uma grande oportunidade que certamente vai atrair mais pessoas e vai ser também um contributo para o desenvolvimento do nosso tecido económico local, porque muitos dos nossos produtores conseguirão escoar mais facilmente os seus produtos fora do concelho.

Infelizmente esta oportunidade de desenvolvimento acontece numa altura em que o País está em crise e os cortes nas receitas das autarquias estão a colocar os municípios numa situação que os impede de ser o motor de desenvolvimento local.

Temos a certeza que a Lei dos Compromissos vai impedir as autarquias de fazerem investimento, por isso estamos numa situação complicada, que pode, de alguma forma, comprometer o contributo da autarquia para o desenvolvimento do concelho.

Pensamos que seja uma situação passageira e o nosso trabalho também é no sentido de sermos sustentáveis em termos financeiros e poderemos manter algum investimento.

VN – O que é que acha que devia ser feito a esse nível?

BN – Por um lado é preciso que isso seja uma prioridade a nível nacional e que haja várias medidas que tenham como objectivo reverter esta desertificação. Que deve ser contrariada com investimentos que possam criar emprego.

Por outro lado, temos vindo a assistir a uma política de centralização de serviços e encerramento de vários serviços no interior. Actualmente, com a capacidade tecnológica que

Alfândega com a chegada do IC5



temos, nada impede que muita dessa centralização de serviços seja feita no interior. Ou seja, não encerrar serviços no interior, mas encerrando-os no litoral, onde já temos gente a mais, e colocar esses serviços no interior.

VN – Apesar das dificuldades, estão a decorrer investimentos no concelho de Alfândega da Fé...

BN – A nossa política é tentar encontrar o equilíbrio entre a diminuição da nossa dívida, e a realização de investimentos, aproveitando fundos comunitários, de forma a que o nosso concelho não fique para trás. Temos a decorrer o projecto de reabilitação urbana, que vai remodelar todo o centro de Alfândega da Fé. É um investimento que vai trazer mais qualidade urbanística e do ponto de vista das acessibilidades, vai ajudar pessoas com dificuldade de mobilidade.

Isso é importante para as pessoas de Alfândega da Fé, mas também para quem nos visita, porque o centro da vila requalificado dá logo outra imagem do nosso concelho.

Essa obra representa um investimento de dois milhões de euros, participado em 85 por cento por fundos comunitários.

Temos também a decorrer obras na entrada Poente, que estava muito degradada, e dá ligação à parte mais antiga da vila. Esse é um investimento

mais pequeno, ronda os 600 mil euros, também participado por fundos comunitários. A estrada para os Vales também está a ser requalificada. Desde o início do mandato já fizemos a requalificação da estrada para Soeima e Gebelim e para Ferradosa e Picões. E ainda queremos avançar, para o ano, com a requalificação da estrada dos Colmeais. Eram estradas municipais, muito degradadas, e a mobilidade interna também é importante para as pessoas se poderem deslocar à vila.

Agora esperamos que a nova Lei dos Compromissos nos deixe pelo menos finalizar estes investimentos, porque avançar com novos projectos nos próximos dois anos vai ser muito complicado.

VN – Mesmo assim, que projectos é que ainda gostaria de concretizar?

BN – Traçámos como prioridade a entrada sul, que sai do IC5 e passa na zona industrial. Tem uma primeira fase que nós gostávamos de candidatar ainda neste mandato, que é uma variante que passa na zona industrial e vai criar infra-estruturas numa parte nova da vila.

A nossa expectativa é que o IC5 traga investimentos e isso já se tem verificado. Abrimos

um concurso público para a venda do pavilhão da Mecapisa e há uma empresa espanhola que comprou e vai-se fixar nesse espaço. Essa empresa vai trabalhar na área da transformação de amêndoa, o que significa que os produtores vão ter mais uma oportunidade de vender o seu produto. O IC5 já permitiu a fixação desta empresa e sem custos para a autarquia. Aliás, o município até vai arrecadar uma receita, visto que o pavilhão foi vendido por 370 mil euros. E gostaríamos muito que continuassem a surgir investimentos no nosso concelho.

Por isso, uma das nossas apostas é o alargamento da zona industrial e a infra-estruturação dos lotes mais recentes. Queremos avançar com este investimento, porque é uma forma de potenciar novos investimentos e contribuir para a criação de postos de trabalho.

Também gostaríamos de fazer o parque de campismo, mas já não vai ser possível neste mandato. Tendo em conta a actual conjuntura vamos ter que repensar todos os investimentos.

Festa da Cereja virada para o turismo

VN – Qual a importância desta feira para os produtores do concelho?

BN – A feira é uma oportunidade para venderem a cereja, mas também outros produtos locais, nomeadamente o fumeiro, queijo, compotas, doçaria e artesanato.

Este certame é um incentivo para o tecido económico local, mas também tem aspectos culturais e turísticos.

Somos um concelho em que a base económica continua a ser a agricultura e a agro-indústria e, por isso, não temos só a cereja, mas temos tam-

bém a amêndoa, o azeite e as hortofrutícolas no Vale da Vilarça.

Alfândega da Fé tem um relevo e um clima heterogéneo, que permite produções diferenciadas, que são importantes para as pessoas poderem viver aqui dos rendimentos da agricultura.

VN – Este ano, o programa da feira é direccionado para os turistas?

BN – Sim. Nesse sentido estamos a desenvolver uma parceria, que foi iniciada no ano passado, com a Mapaventura, no sentido de as pessoas

que nos visitam poderem, por exemplo fazer passeios de burro ou passeios a pé nos pomares, visitarem várias partes do concelho de jipe, de bicicleta ou de burro.

Este ano, temos também uma novidade, que é a realidade aumentada, através dos Welcome Guides, que permite a quem nos visita ter no seu telemóvel todos os pontos turísticos de interesse, com informação relevante e com a forma de chegar lá. É um guia virtual, que permite ao turista ter mais autonomia e visitar os vários pontos de interesse.

Empresa de Bragança entre os maiores exportadores

A unidade industrial de Bragança da Faurecia é o décimo maior exportador a nível nacional

A fábrica da Faurecia de Bragança está entre os maiores exportadores portugueses. A fabricante de componentes automóveis francesa conquistou no ano passado o décimo lugar entre os maiores exportadores a nível nacional.

Em 2011 o volume de vendas da unidade instalada no Nordeste Transmontano ascendeu aos 314. 667 milhões de euros. Segundo fonte da empresa, a produção é praticamente toda para exportação.

Recorde-se que a Faurecia de Bragança produz catalizadores e catalizadores a filtro de partículas, silenciadores e tubos de escape para as principais marcas de automóveis, nomeadamente Peugeot, Citroën, Nissan, Renault e Grupo VW (VW, Seat, Skoda e Audi).

No ano passado, a empresa cresceu para produzir o sistema de monitorização 1.6 HDI



de todos os veículos da Peugeot Citroën.

O grupo Faurecia é o décimo maior exportador a nível nacional e conta com oito fábricas em Portugal, localizadas em Bragança, S. João da Madeira, Nelas, Palmela e Vouzela. No entanto, a unidade de Bragança é a que representa

e realiza um maior volume de exportação.

A unidade instalada no Nordeste Transmontano emprega, actualmente, 355 colaboradores.

Esta é mesmo uma das empresas mais empregadoras na região, recebendo um grande número de recém-licenciados

do Instituto Politécnico de Bragança.

Esta fábrica é, igualmente, um exemplo de como é possível ter iniciativas de tecnologia de ponta no interior do País. A proximidade com Espanha é considerada estratégica para a empresa virada para a exportação.

Empresários partilham experiências

Um grupo de empresários reuniu-se, em Bragança, para delinear estratégias de negócio e partilhar experiências sobre actuação nos mercados. A iniciativa foi promovida pela Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE), em parceria com o Núcleo Empresarial da Região de Bragança (NERBA).

Ângelo Paupério, da Sonae, disse aos empresários que vale sempre a pena lutar. “É com esse esforço e perseverança que se conseguem resolver os problemas”, acrescentou o responsável.

Para Paupério é importante colocar “o máximo de trabalho e bom senso nas decisões, pensar os problemas com ponderação, ética e sentido de responsabilidade”.

O responsável frisou, ainda, que é imperativo encontrar as melhores soluções, discuti-las e assegurar que as equipas que concretizam as ideias dos gestores nas empresas estão unidas e sintonizadas com os objectivos traçados. “É preciso o esforço de todos para se conseguir chegar a uma solução”, sublinha o representante da Sonae.

Numa altura em que o desemprego aumenta de dia para dia, o empreendedorismo permite atenuar o problema. “O empreendedorismo cria oportunidades de trabalho, mas para isso é preciso criarem-se as condições certas. Hoje há problemas muito graves de acesso ao capital, e isso é algo que colectivamente temos que resolver”, concluiu o orador.

FESTA DA CEREJA ALFÂNDEGA DA FÉ, 2012



FESTA DA CEREJA

ALFÂNDEGA DA FÉ

08 A 10, JUNHO

Organização:



Apoio:



Dia 8, 6ª Feira



18h30 Abertura Oficial da Festa da Cereja

21h00 Animação de Rua | TAFÉ

21h30 Orquestra Ligeira de Alfândega da Fé

22h00 Grupo Costa Verde

01h00 Cereja Party | Performance DJ

***Experiências MapAventura | Pelos pomares de cereja**

15€ Passeio de burro

10€ Passeios de bicicleta

15€ Visitas em viaturas TT e apanha de cereja

7,5€ Passeios pedestres

*Todos os dias da Festa da Cereja 2012

Dia 9, Sábado



14h30 2ª Corrida de Carrinhos de Rolamentos

16h00 Lançamento do Livro Escola de Pais.nee
Celmira Macedo
Auditório Casa da Cultura

17h00 Grupo de Cantares do IPB

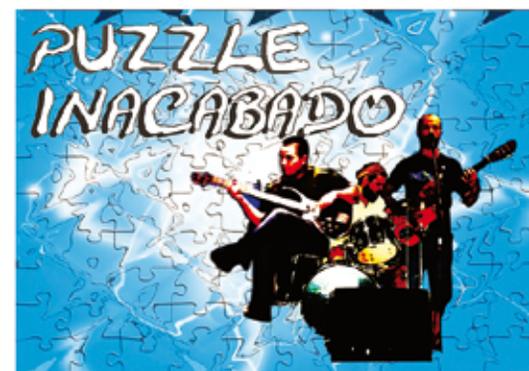
18h30 Grupo de Cantares de Sambade

19h30 Grupo de Cantares de Vilarchão

22h00 Grupo Função Pública

01h00 Cereja Party | Performance DJ

Dia 10, Domingo



09h00 Maratona e Meia Maratona BTT

14h30 II Trial 4x4 das Cerejas

15h00 Banda Municipal de Alfândega da Fé

16h30 Grupo Mirandanças

17h00 Concurso de Sabores com Cereja

17h30 Grupo de Cantares de Parada

18h30 Grupo de Cantares de Alfândega da Fé

22h00 Puzzle Inacabado

01h00 Cereja Party | Performance DJ

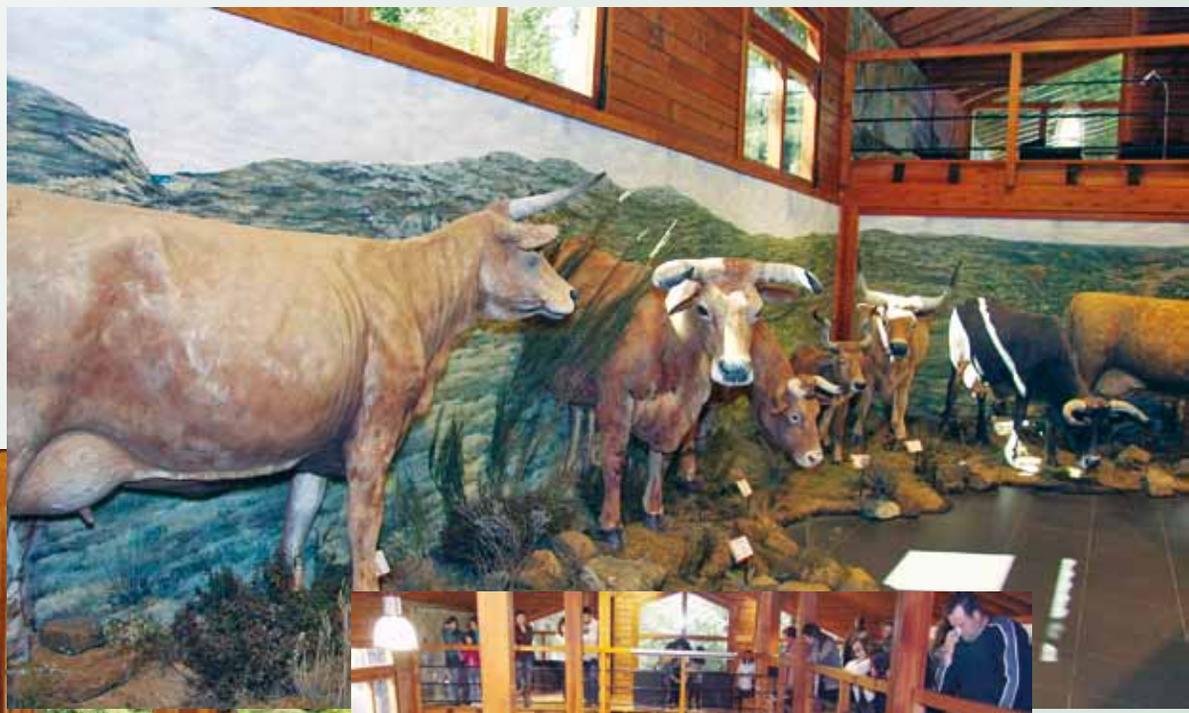
Turismo e desenvolvimento

Câmara de Vinhais inaugura um conjunto de equipamentos para servir os turistas

14

AVOZ
DO NOROESTE

O Parque Biológico de Vinhais está mais atractivo para os visitantes. Às raças autóctones que se passeiam pelo parque junta-se um Centro de Interpretação, um equipamento único a nível nacional, que mostra os animais característicos do Nordeste Transmontano. Este espaço foi construído de raiz e está aberto aos visitantes.



rural de mãos dadas

Passeios de charrete e aulas de equitação

O Centro Hípico, constituído por um picadeiro e cinco boxes, destinado à escola de equitação, também está integrado no Parque Biológico de Vinhais. A par da equitação, os visitantes também podem dar passeios a cavalo pelo parque ou apreciar a natureza de charrete.



Vinhais promove lazer e din



Empresas ganham espaço

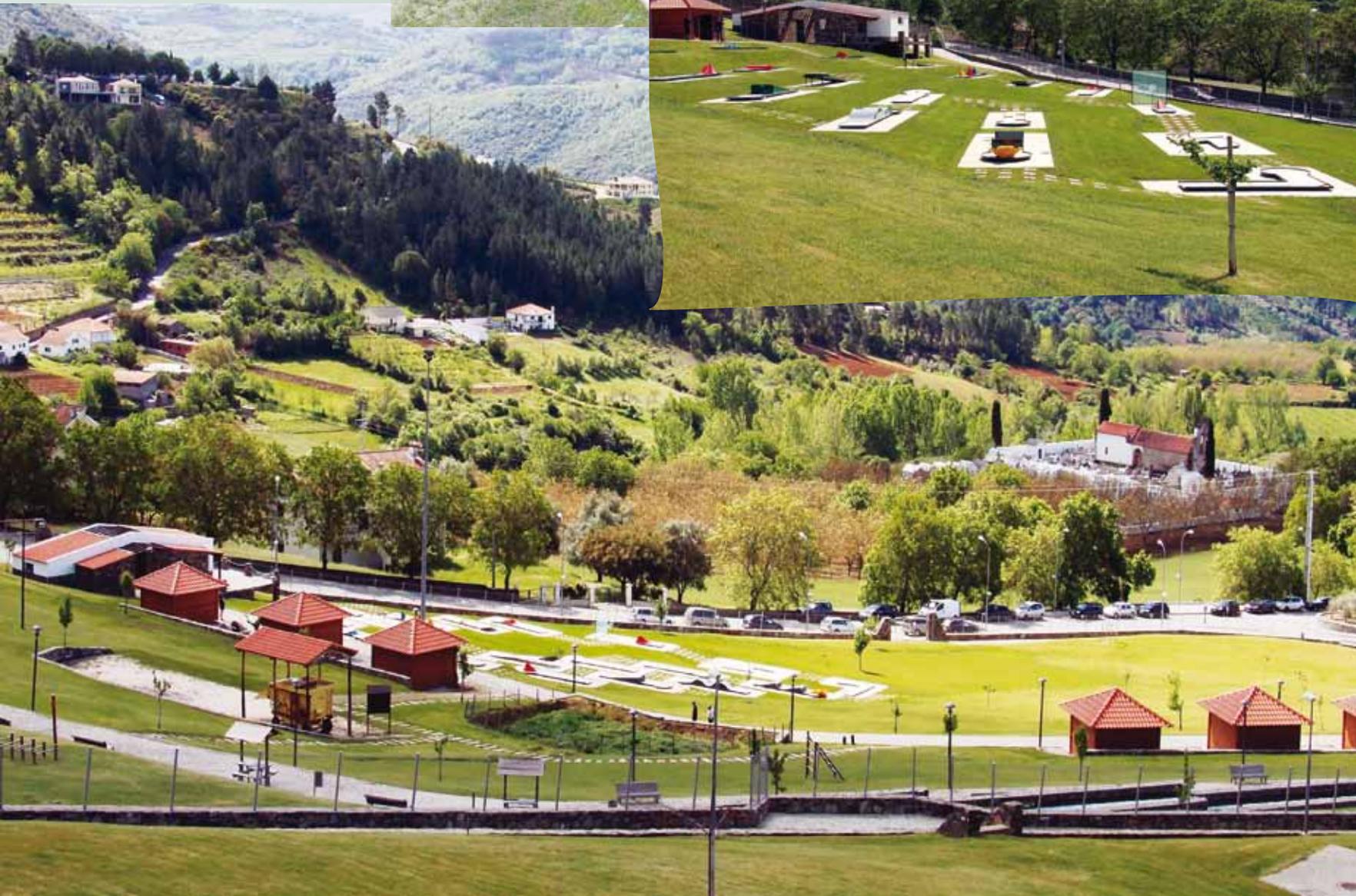
O apoio às empresas locais é uma das prioridades do município de Vinhais. Nesse sentido, foi inaugurado o Centro de Apoio a Empresas Locais, que resulta da conversão e requalificação da antiga escola primária e que vai servir para formação profissional e instalação de serviços de apoio aos industriais locais, nomeadamente no ramo agrícola, florestal e fumeiro.



amiza economia

Campeonato de Minigolfe

Instalado no Parque Verde de Vinhais, o Campo de Minigolfe é um equipamento único na região. Este novo equipamento vai acolher, este ano, o campeonato de minigolfe, que vai decorrer de 14 a 15 de Julho. As obras realizadas pelo município vinhaense representam um investimento de cerca de um milhão de euros, participado por fundos comunitários.



IPB ganha escala interna

Instituição transmontana foi a única a nível nacional distinguida com selo de qualidade atribuído pela Comissão Europeia

O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) regista o maior nível de mobilidade de estudantes de todos os politécnicos do País. O presidente da instituição transmontana, Sobrinho Teixeira, enaltece o trabalho que o IPB tem feito nesta área e diz mesmo que a instituição ocupa o primeiro lugar a nível nacional em função da dimensão.

“Se juntarmos os alunos Erasmus mais os alunos que fazem mobilidade no espaço dos Países de Língua Portuguesa, estamos a falar de cerca de um milhar de alunos, que são entre 13 a 14 por cento do universo dos alunos do IPB”, salienta Sobrinho Teixeira.

Mas para o presidente do IPB o mais importante não é a quantidade de alunos em mo-



bilidade, mas sim a qualidade ao nível do acolhimento e das aulas leccionadas aos alunos estrangeiros.

Prova disso é a distinção recebida recentemente pela Comissão Europeia. “O IPB recebeu, o selo ECTS, que é uma distinção da própria Comissão Europeia, que distinguiu o IPB pela qualidade com que realiza a própria mobilidade internacional, numa

cerimónia comemorativa dos 25 anos do Programa Erasmus, realizada em Copenhaga, na Dinamarca”, realça o vice-presidente do IPB, Luís Pais.

O IPB foi mesmo a única instituição de ensino superior portuguesa distinguida com este galardão, que foi entregue a, apenas, 12 instituições europeias.

O número de alunos estran-

geiros no Politécnico de Bragança tem aumentado ano após ano, uma realidade que leva o IPB a realizar uma Semana Erasmus, que este ano decorreu de 15 a 18 de Maio, recheada de actividades para os alunos estrangeiros. Esta iniciativa permite o intercâmbio entre culturas e tradições, através da realização de palestras, bem como de uma feira multicultural, onde não faltaram os produtos característicos de cada país.

Os alunos em mobilidade no IPB reuniram-se em torno deste evento e mostraram-se satisfeitos com a partilha de experiências.

A aposta na internacionalização faz parte das prioridades

Centro de Estudos Orientais no próximo ano

As aulas de mandarim no IPB arrancam já no próximo ano lectivo. Este projecto surge na sequência das relações do IPB com o Oriente, que teve início com a vinda de 24 alunos chineses para Bragança, há cerca de um ano.

“Iremos ter aqui uma professora de Macau, que irá leccionar aos alunos de Línguas e Relações Internacionais na Escola de Educação de Bragança e aos cursos de Turismo na Escola de Mirandela”, realça Sobrinho Teixeira.

A introdução do mandarim nos planos de estudos de alguns cursos vai enriquecer os currículos dos

alunos. Sobrinho Teixeira garante que esta é uma forma de alargar o leque de oportunidades de emprego para os profissionais formados pelo IPB.

Já o Centro de Língua Chinesa vai ficar sediado no IPB e tem inauguração marcada para Outubro do próximo ano. Este espaço vai ser aberto à comunidade e servirá toda a região Norte.

“Quando vamos para o Extremo Oriente há uma grande apetência pelo português e o IPB também quer aproveitar esta oportunidade, que é uma oportunidade para o Instituto, para a região e para o próprio País”, conclui Sobrinho Teixeira.



cional

do Politécnico. Sobrinho Teixeira afirma que o IPB está numa região que lhe permite ter “uma grande competitividade a nível internacional”.

“Quando nós vamos ao exterior ninguém nos pergunta a que distância estamos da capital, mas sim a qualidade que temos e o nível de investigação que temos dentro da instituição”, enaltece o responsável.

A competitividade do IPB a nível internacional é visível nos projectos que vão surgindo dentro da instituição, como é o caso da criação de um Centro de Estudos Orientais (ver caixa).

Sobrinho Teixeira é também presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e garante que vai continuar a lutar pela qualificação dos portugueses.

“Todos os estudos realizados por pessoas externas ao País demonstram que Portugal ainda tem ensino superior a menos. Por isso, nunca me cansarei de fazer voz que Portugal ainda tem ensino superior a menos e teremos que continuar a apostar na qualificação dos portugueses”, remata o presidente do IPB.



Csana'd Bihari

25 anos
Hungria



“Bragança é um bom lugar para se viver. Apesar de ser uma cidade pequena pode-se fazer tudo sem precisar de carro ou autocarros. Gosto muito das festas e da tranquilidade da cidade.”

Karla Espinales

Panamá
30 anos



“Escolhi Portugal para estudar por causa da facilidade de comunicação. O idioma é muito parecido com o espanhol. Escolhi Bragança, porque o IPB tem um bom mestrado em Ciências Agrárias”.

Mehmet Karakelle

23 anos
Turquia



“A Semana Erasmus foi muito divertida e aprendi muito sobre a cultura de outros países. Portugal além de ser um País barato para se viver, tem um clima agradável. Às vezes é muito difícil conhecer portugueses em Bragança, porque muitos não falam inglês e a comunicação fica limitada”.

Jéssica Alvarado

33 anos
México



“Gostei da interação com outros Erasmus durante toda a semana. Conheci a cultura de outros países, as suas músicas, pratos típicos e a história de cada lugar. No internacional Makert pude conhecer um pouco da economia dos países e senti a união do grupo Erasmus do IPB”.



Parque Biológico Vinhais

www.parquebiologicodevinhais.com

